

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL
CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL**

Kéven Gomes Vale Ten-Caten

**UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DOS IMPACTOS CAUSADOS NO
COTIDIANO DE PESSOAS QUE FORAM VÍTIMAS DE LGBTFOBIA**

Santa Maria, RS

2019

Kéven Gomes Vale Ten-Caten

**UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DOS IMPACTOS CAUSADOS NO COTIDIANO
DE PESSOAS QUE FORAM VÍTIMAS DE LGBTFOBIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Terapia Ocupacional, da Universidade Federal de Santa Maria. Como requisito para obtenção do título de **Terapeuta Ocupacional**.

Orientadora: Prof. Dr^a Monalisa Dias de Siqueira
Coorientadora: Prof. Dr^a Tatiana Dimov

Santa Maria, RS

Kéven Gomes Vale Ten-Caten

**UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DOS IMPACTOS CAUSADOS NO
COTIDIANO DE PESSOAS QUE FORAM VÍTIMAS DE LGBTFOBIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Terapia Ocupacional, da Universidade Federal de Santa Maria. Como requisito para obtenção do título de **Terapeuta Ocupacional**.

Aprovado em 16 de Julho de 2019:

**Monalisa Dias de Siqueira (UFSM)
(Orientadora)**

**Tatiana Dimov (UFSM)
(Coorientadora)**

Andrea do Amparo Carotta De Angeli (UFSM)

Santa Maria, RS

2019

RESUMO

Esta pesquisa considerou aspectos do cotidiano dos participantes que foram vítimas de LGBTfobia na cidade de Santa Maria – RS, investigando os impactos que estas violências causaram na vida destes sujeitos e analisando as narrativas e as especificidades das vivências de cada um. Para tanto, o estudo enfocou o conceito de cotidiano na Terapia Ocupacional e as formas como a violência sofrida pela população LGBT estão presentes em todos os espaços sociais. Buscou-se evidenciar a importância da ampliação das discussões sobre a LGBTfobia, tendo em vista a pouca produção de artigos científicos na Terapia Ocupacional voltados para este grupo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter interpretativista e que contou com a participação voluntária de pessoas LGBTs. O estudo buscou um maior entendimento sobre como a violência age na vida das pessoas e, a partir disso, contribui para a intervenção de Terapeutas Ocupacionais e para a realização de pesquisas no que diz respeito a este assunto. Constatou-se que o medo das violências talvez seja o impacto que mais influencia no cotidiano da população LGBT em todas as áreas da vida, viola os direitos humanos e desorganiza pessoas enquanto sujeitos de direitos. Neste sentido, apontamos a importância da atuação de Terapeutas Ocupacionais para com esta população, na reconstrução de projetos de vida, utilizando estratégias para que estes se reconheçam enquanto agentes transformadores destas realidades, ampliando seus repertórios para que conheçam e garantam seus direitos e intensifiquem as lutas por políticas públicas contra a LGBTfobia.

Palavras-chave: Pessoas LGBT, Preconceito, Cotidiano, Terapia Ocupacional.

ABSTRACT

AN INVESTIGATION ON THE IMPACTS CAUSED IN THE DAILY DAY OF PEOPLE WHO WERE LGBTFOBIA VICTIMS

AUTHOR: KÉVEN GOMES VALE TEN-CATEN
ADVISOR: MONALISA DIAS SIQUEIRA

This research considered daily aspects of the participants who were victims of LGBTophobia in the city of Santa Maria - RS. Investigating the impacts that these violence caused in the life of these subjects, analyzing the narratives and the specificities of the experiences of each one. For this, the study worked with the concept of daily life in Occupational Therapy and describes how the violence suffered by the LGBT population is present in all social spaces. It is worth noting the importance of expanding the discussions on LGBTfobia, considering the low production of scientific articles in Occupational Therapy for this group. Thus the work is characterized by the bias of the qualitative research of an interpretative character and counted on the voluntary participation of LGBT people. The study sought a greater understanding of how violence acts in people's lives and, as a result, contributes to the intervention of occupational therapists and to further research on this subject. It was found in this research that the fear of violence is perhaps the impact that most influences the daily lives of the LGBT population in all areas of life, violates human rights and disorganizes people as subjects of rights. In this sense, we point out the importance of Occupational Therapists acting with this population in the reconstruction of life projects, using strategies so that they recognize themselves as agents transforming these realities, expanding their repertoires so that they know and guarantee their rights and intensify the struggles for public policies against LGBTophobia.

Keywords: LGBT People, Prejudice, Everyday Life, Occupational Therapy.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	7
2.	JUSTIFICATIVA	12
3.	OBJETIVOS	13
4.	REVISÃO DA LITERATURA	14
5.	METODOLOGIA	16
6.	CATEGORIAS DE ANÁLISE	17
6.1	Violências nos espaços públicos.....	17
6.2	Família	22
6.3	Saúde.....	26
6.4	Educação.....	29
6.5	Mercado de Trabalho.....	32
6.6	Movimento LGBT	34
6.7	Arte e Cultura	36
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
	REFERÊNCIAS	40

É sobrevivência, é sobre vivências!

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa investigou e analisou os impactos causados no cotidiano de pessoas que foram vítimas de LGBTfobia na cidade de Santa Maria – RS. Para isso precisaremos entender o conceito de cotidiano a partir do ponto de vista da Terapia Ocupacional que extrapola a rotina e tem o sujeito como ser social na sua singularidade. Galheigo (2003) nos traz que a cotidianidade constrói-se no dia-a-dia, nas relações sociais e tarefas diárias que levam o sujeito de um ser individual para um ser coletivo. O cotidiano é único e singular para cada pessoa e se dá a partir de suas inúmeras atividades decorrente de necessidades significativas para si.

As expressões cotidianas individuais muitas vezes são reguladas por ações de terceiros e por um sentido de sociedade que se utiliza da violação dos direitos humanos e violências cotidianas a quem não se encaixa em determinados padrões impostos pelo conservadorismo instituído pela lógica capitalista.

Ao mesmo tempo, os processos de disciplinarização, normatização e normalização do cotidiano de pessoas submetidas à regulação do Estado, das instituições e das organizações continuam a se desenvolver em seus mínimos detalhes. Na verdade, a informatização dos mecanismos de controle social tem levado o legado da vigilância ao âmago da vida cotidiana. (GALHEIGO, 2003, p. 107)

A Terapia Ocupacional exerce papel fundamental para com estes sujeitos que têm seu cotidiano comprometido, entendendo seus contextos e culturas onde estão inseridos, de forma que seus papéis sociais e políticos sejam respeitados e reconhecidos em todas as esferas de convívio humano. Segundo Benetton, (2009) o sujeito entende-se enquanto cidadão e toma pra si seu jeito de ser e de existir sem necessitar aprovação da sociedade ou da sua mudança. “Nesse sentido, ele mesmo se torna agente dessa mudança”. (BENETTON, 2009, p 39).

A violência contra lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis apresenta inúmeras faces, que vão das mais sutis até atos extremos que levam a morte de pessoas que são discriminadas apenas por existirem. A violência não está apenas nas ruas e não vem exclusivamente de desconhecidos. Ela está presente em todos os âmbitos da sociedade e pode surgir de quem menos se espera. Pesquisas apontam que a intolerância de pais, mães e irmãos são as primeiras agressões e começam logo na infância e adolescência, quando meninos e meninas

são obrigados a seguir padrões heteronormativos e de gênero binário¹, mesmo sem se identificarem, desenvolvem-se sem saber quem realmente são e carregam a culpa como principal sensação, por não se encaixarem nas expectativas da família (BRAGA et al., 2017).

A violência contra a população LGBT apresenta algumas formas, especificidades e dissidências ao padrão heteronormativo, tais como as violências específicas sofridas por mulheres lésbicas (lesbofobia), mulheres e homens transexuais e travestis (transfobia), que por muitas vezes são confundidas com a (homofobia) que é a violência sofrida por homens gays². (RONDINI; TEIXEIRA FILHO; TOLEDO, 2017).

Mello, et al (2012) colocam que a LBTGfobia institucional deve ser discutida e pensada no sistema educacional brasileiro, para que a partir da educação a discriminação seja repudiada e sejam criadas ações como a reformulação dos currículos escolares visando à atualização de conteúdos que trabalhem as questões de gênero e sexualidade nos diferentes níveis da formação escolar, visando eliminar estereótipos, preconceitos e discriminações de gênero e orientação sexual, nas escolas.

Se a educação e a justiça precisam caminhar um pouco mais para reduzir a violência contra os grupos LGBTs, a saúde avançou em alguns aspectos como, por exemplo, a retirada do termo homossexualismo, uma conotação patológica da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) em 1990 e a Organização Mundial da Saúde (OMS) deixou de considerar a transexualidade como um transtorno mental apenas em Junho de 2018. (OMS, 1993)

Ainda relacionado aos avanços das discussões no âmbito da Justiça, a criminalização da LGBTfobia no Brasil, aprovada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2019, foi um passo muito importante para padronizar o modo como os órgãos públicos registram as ocorrências e a realidade das violências contra LGBTs.

Levar em consideração os privilégios e os marcadores sociais relacionados com os preconceitos é de extrema importância nesta pesquisa, pois, questões

¹ A heteronormatividade visa regular e normalizar modo de ser e de viver os desejos corporais e a sexualidade. De acordo com o que está socialmente estabelecido para as pessoas, numa perspectiva biologicista e determinista, há duas – e apenas duas possibilidades de locação das pessoas quanto à anatomia sexual humana, ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho (Petry; Meyer, 2011, p. 195).

² A lesbofobia e a homofobia estão relacionadas com a violência contra mulheres e homens (lésbicas e gays) cisgêneros.

As definições de pessoas Cisgêneros e pessoas Transgêneros serão abordadas a seguir.

étnico-raciais, classe social, gênero, geração, entre outros, nos dizem quais os lugares que estas pessoas ocupam na sociedade e como estes atravessamentos se fazem presentes no tipo de violência que cada um sofre. Uma perspectiva interseccional de olhar para estes determinantes de opressões que estão presentes de forma conjunta nestes corpos, multiplicando as desigualdades, violências e obstáculos no cotidiano de pessoas que são subjugadas aos padrões de dominação da sociedade (BIROLI; MIGUEL, 2015).

Segundo Farias, Leite Junior e Costa (2018) o racismo é uma violência estruturada historicamente na sociedade pela ideia da diferença de raças humanas, pautando que pessoas brancas são de raça superior a de negros, o que legitimou o processo de escravização do povo negro. Mesmo que biologicamente a existência de diferentes raças humanas não exista, o conceito de raça segue sendo utilizado, mas sendo pensado como uma construção social e política, tendo em vista as pessoas negras ainda são colocadas num lugar de inferioridade na lógica de manter as relações de poder e de desigualdade. Esse processo marcou um lugar de exclusão destas pessoas, destruindo a identidade e negando a ancestralidade de um povo que foi cruelmente moldado a viver em um padrão de branquitude. Desde um embranquecimento dos traços afro, como alisar os cabelos ou clarear a pele, até a negação dos direitos de habitarem os espaços sociais. A luta antirracista busca a reconstrução da identidade deste povo para que o negro se reconheça enquanto sujeito de direitos consiga integrar a luta coletiva com outros oprimidos, tendo então que se reconhecer enquanto sujeito negro potente.

Dessa forma, ao atuar junto à população negra, o terapeuta ocupacional – nesta perspectiva teórica – busca apreender e intervir sobre as questões de âmbito macrossocial (racismo estrutural e institucional, que perpassam questões políticas, econômicas e de direitos sociais) e microssociais (em âmbito local, sobre a história de vida do sujeito ou grupo local e os aspectos subjetivos e familiares, as práticas de racismo local e questões territoriais/comunitárias, entre outras) (FARIAS; LEITE JUNIOR; COSTA, 2018).

Para Fraser (2007) existe uma padronização institucional que atribui um valor cultural, constituindo e categorizando de atores sociais como normativos e outros que fogem desta normalidade, a heteronormatividade é um outro exemplo.

Para compreendermos melhor estes corpos e como eles se constituem nesta sociedade a partir das suas subjetividades necessitamos abordar algumas definições das quais veremos ao longo da pesquisa:

A definição de gênero vem se modificando ao longo da história, desde a construção social do masculino e feminino definidos pelas diferenças biológicas dos genitais, pela lógica binária de sexo e gênero, homem tem pênis e mulher tem vagina com a finalidade de reprodução da espécie humana. Neste sentido também se faz presente a imposição da sexualidade a partir da heterossexualidade, nascer com pênis implica ser homem e gostar de mulheres e, nascer com vagina implica em ser mulher e gostar de homens, confundindo sexo, gênero e orientação sexual. (KRASOTA, 2016)

Como uma forma de diferenciar os dois conceitos, Jesus (2012) traz as seguintes definições: Sexo: “Classificação biológica das pessoas como machos ou fêmeas, baseada em características orgânicas como cromossomos, níveis hormonais, órgãos reprodutivos e genitais.” (JESUS, 2012, p. 13).

Gênero: “Classificação pessoal e social das pessoas como homens ou mulheres. Orienta papéis e expressões de gênero. Independe do sexo.” (JESUS, 2012, pág. 13).

A partir dos estudos da filósofa Judith Butler, inicia-se um questionamento das diferenças físicas e que o sexo é também uma construção de gênero, que não tem uma identidade definida, mas sim fluida e neste processo gênero não é a identidade e sim uma performance atribuída a estes papéis. (BUTLER, 2005).

A identidade de gênero por sua vez é como a pessoa se interpreta, como ela é e se identifica a partir de suas experiências subjetivas, o corpo não define seu comportamento, como podemos observar nas definições das categorias que serão utilizadas durante a pesquisa, como as identidades cisgênero e transgênero. Cisgênero é a pessoa que se identifica com o gênero que lhe foi designado pelas normas sociais ao nascimento e transgênero é a pessoa que não se identifica com o gênero biológico (homens e mulheres trans, travestis). Se diferenciando entre gêneros binários e gêneros-não binários, como nos traz Krasota (2016 apud SOL 2014),

“Quanto à binariedade e à não-binariedade: Gêneros binários – os dois gêneros: feminino (mulheres) e masculino (homens). Uma pessoa binária é aquela que se identifica estritamente com o gênero feminino OU com o gênero masculino, sempre de forma separada, sem fluidez e em totalidade. Pessoas binárias podem ser cisgênero (cis) ou transgênero (trans). Gêneros não-binários: são todos gêneros que não são nem 100% feminino e nem 100% masculino. Inclui formas de neutralidade, ambiguidade, multiplicidade, parcialidade, ageneridade, outrogeneridade e fluidez de gênero. São infinitos gêneros. Pessoas não-binárias são sempre trans.”

A expressão de gênero é como esses corpos apresentam seus gêneros e performam estes papéis, através das características, vestimentas, modificações corporais, comportamento, interação com o outro (KRASOTA, 2016).

Neste sentido a orientação sexual independe do gênero/sexo, pois, esta ligada a atração física, emocional e espiritual das relações entre esses corpos, inata ao ser humano (KRASOTA, 2016).

Segundo Jesus (2012) essas podem ser definidas como: heterossexual, pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de gênero diferente daquele com o qual se identifica. Homossexual é a pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de gênero igual àquele com o qual se identifica. Bissexual, pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de qualquer gênero, podendo fluir entre elas.

A abordagem deste tema me sensibiliza enquanto homem gay que já passou por experiências dolorosas relacionadas a homofobia e como ela se constituiu na minha vida, mesmo sendo minimizadas pelos privilégios de ser branco e ter acesso a saúde e educação. Estas diferenças sociais e o que elas causam na vida das pessoas me instigou a realizar esta pesquisa.

2. JUSTIFICATIVA

Tendo em vista a importância de discussões para que se combata a LGBTfobia e de como ela afeta o cotidiano de uma população, faço uso desta pesquisa como ferramenta de estudo para analisar os mecanismos do preconceito e o impacto que o mesmo acarreta na vida de pessoas que sofrem esse tipo de violência.

O Brasil é o país que mais mata LGBTs no mundo, segundo Relatório 2018 - MORTES VIOLENTAS DE LGBT+ NO BRASIL do Grupo Gay da Bahia (GGB):

“420 LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) morreram no Brasil em 2018 vítimas da homofobia/transfobia: 320 homicídios (76%) e 100 suicídios (24%). Uma pequena redução de 6% em relação a 2017, quando registraram-se 445 mortes, número recorde nos 39 anos desde que o Grupo Gay da Bahia iniciou esse banco de dados. A cada 20 horas um LGBT é barbaramente assassinado ou se suicida vítima da LGBTfobia, o que confirma o Brasil como campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Segundo agências internacionais dos direitos humanos, matam-se muitíssimo mais homossexuais e transexuais no Brasil do que nos 13 países do Oriente e África onde há pena de morte contra os LGBT.”

Apesar do grande número de notícias veiculadas através das mídias sobre o assunto é surpreendente que tenham sido realizadas poucas pesquisas sobre a LGBTfobia na Terapia Ocupacional e nenhuma específica sobre o impacto que ela produz no dia-a-dia dos LGBTs.

Entendendo que a segregação desta população em vários âmbitos sociais acarreta em adoecimentos, sejam por ordem física, psíquica e vulnerabilidades, olharemos para os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), desde a Constituição Federal de 1988. O SUS tem como a universalidade e a equidade no acesso aos serviços e ações de saúde e a integralidade da atenção, ou seja, os serviços de saúde pública no Brasil são para todos e todas, entretanto para que as especificidades de cada população seja respeitada, faz-se necessária políticas públicas que garantam o acesso a estes serviços (FERRAZ; KRAICZYK, 2010).

Como nos traz Duarte (2014), as políticas públicas que historicamente ganham espaço através da luta dos movimentos sociais LGBT que toma força em 1980 com os usuários do SUS que militavam no campo AIDS/HIV e participavam nos espaços de participação e controle social a partir da construção do Programa Nacional de DST e AIDS em 1986.

“Em resposta a esse percurso histórico do movimento social LGBT, em 2004, o governo federal lançou o Programa Brasil Sem Homofobia (BSH), o

qual não contou com financiamento público, no sentido de atender as suas demandas com relação a vulnerabilidades específicas, tendo em vista que são sujeitos submetidos a várias formas de preconceito, discriminação e marginalização, inclusive nos territórios dos serviços técnico-assistenciais de saúde, nos seus variados níveis de atenção e cuidado. Não podemos esquecer das diversas resistências dos trabalhadores da saúde no que diz respeito aos atendimentos e procedimentos técnico-operativos com LGBT infectados pelo HIV/AIDS, em particular, a expressão “peste gay” e toda uma gama de preconceitos, violências e mortes a que foram – e ainda são – submetidos esses sujeitos pela sociedade em geral.”

Olhando para este histórico de lutas das pessoas LGBTs pela garantia de direitos, entendemos que a Terapia Ocupacional é fundamental por atuar nos diversos campos da saúde e olhar estes sujeitos de forma integral, um dever clínico político de reafirmar essas diversas formas de existir, defendendo o outro e as diferenças.

Leite Junior e Lopes (2017) nos trazem a importância de que Terapeutas Ocupacionais se atualizem e compreendam a sexualidade como expressão da subjetividade para lidar com as demandas específicas dos grupos LGBTs. O presente trabalho visa agregar conhecimentos no que se refere a essa população e que seja fomentador de novas pesquisas na área, ampliando a discussão de forma crítica, e sendo uma grande arma contra a violência sofrida por esses sujeitos.

3. OBJETIVOS

Objetivo geral:

Investigar quais são os impactos causados no cotidiano de pessoas que sofrem LGBTfobia na cidade de Santa Maria – RS.

Objetivos específicos:

- Analisar aspectos relacionados à vida dos sujeitos que sofrem esta e outras violências em vários âmbitos sociais dos quais transitam.
- Compreender qual é a percepção dos mesmos sobre o preconceito relacionado às questões de saúde, educação e trabalho.

4. REVISÃO DA LITERATURA

Os periódicos usados como embasamento desta pesquisa não abordam especificamente o tema desta pesquisa, pois, não foram encontradas publicações de Terapeutas Ocupacionais relacionadas ao cotidiano da população LGBT. Sendo assim as pesquisas nas bases de dados indexadas como Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, Revista de Terapia Ocupacional da USP e SciELO, tiveram como foco produções de Terapeutas Ocupacionais brasileiros a cerca do cotidiano e sexualidade separadamente.

O uso dos artigos escolhidos serviu como suporte para fundamentar e conceituar termos e ações que foram desenvolvidas durante a pesquisa e analisar as produções em Terapia Ocupacional voltadas ao público abordado neste trabalho.

O período considerado para a inclusão dos trabalhos foi bem amplo pela escassez de publicações na área, com datas de 2000 a 2017, assim constatando a necessidade de que novas pesquisas sejam realizadas. As palavras utilizadas nas buscas foram; LGBT, LGBTfobia, Cotidiano, Terapia Ocupacional, Sexualidade.

Em dois textos a abordagem principal era o cotidiano e como o Terapeuta Ocupacional se utiliza deste termo para realizar suas práticas, tendo em vista a subjetividade e as demandas de pessoas ou populações, e os contextos nas quais estão inseridas, indo de encontro com os sentidos e significados construídos ao longo do processo terapêutico (BENETTON, 2009), (GALHEIGO, 2003). Nesta lógica Terapeutas Ocupacionais investigam em outros artigos assuntos relacionados a gênero com recorte na travestilidade e transexualidade, e como os mesmos são abordados na formação de terapeutas ocupacionais nas universidades, constatando a pouca produção e frisando a importância da atualização dos profissionais para trabalhar com esse grupo (LEITE JUNIOR; LOPES, 2017). E analisam, a partir de uma pesquisa etnográfica, as estratégias que quatro travestis utilizam para se inserirem em vários âmbitos sociais e como os espaços influenciam nas suas vidas. Este artigo vai de encontro com a pesquisa realizada, pois, busca entender como corpos diferentes afetam o meio e vice e versa, corroborando com a necessidade de execução deste trabalho.

Murasaki e Galheigo (2016) realizaram trabalho que trata do processo de assumir a homossexualidade e como isto impacta o cotidiano dos jovens participantes do estudo, a partir de mapas corporais as expressões vão se revelando

em falas que trazem principalmente o preconceito discriminação e destacando a importância das redes sociais no processo de “sair do armário” (MURASAKI; GALHEIGO, 2016). Neste sentido a teoria Queer traz uma discussão sobre as concepções normativas de gênero e sexualidade, usando conceitos relacionados com a Terapia Ocupacional social, uma forma de ampliar a visão no campo de trabalho com pessoas trans (MELO, 2016). Uma das pesquisas mapeia por meio da revisão da literatura nacional e internacional, estudos de Terapeutas Ocupacionais que abordam a sexualidade como eixo central dos textos e apontam a escassez de produções, apesar de não ser um assunto recente, além de colocar o conforto e desconforto dos T.Os para escrever sobre o tema (MONZELI; LOPES, 2012).

5. METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa qualitativa. Segundo (MINAYO, 2013) a pesquisa qualitativa faz a análise das expressões humanas presentes nas relações, nos sujeitos e nas representações. O estudo também enquadra-se na perspectiva interpretativista, pois, é o modelo metodológico mais adequado, devido ao fato de seguir uma análise de traços e não uma descrição estatística de informações (MAXWELL, 1996).

Esta pesquisa teve como desenho ser não experimental, e consiste no estudo de fenômenos sem a intervenção sistemática do pesquisador. “é aquela em que o pesquisador observa, registra, analisa e correlaciona fatos e variáveis sem manipulá-los” (MARTINS, 1990, p. 22).

A técnica de coleta usada foi de entrevista semi-estruturada. Para Manzini (1990/1991, p. 154), a entrevista semi-estruturada, trata-se de uma técnica que prevê um roteiro de perguntas, mas outras questões podem surgir no decorrer da conversa. Não são questões que surgirão aleatoriamente no momento da entrevista, o pesquisador já vai ter uma sequência estruturada, mas isso não é tão fixo. Os áudios das entrevistas foram gravados com o consentimento dos interlocutores. Foram usadas na pesquisa as entrevistas das pessoas que identificam já ter sofrido algum tipo de preconceito relacionado à sua sexualidade e identidade de gênero.

Os sujeitos entrevistados foram seis pessoas LGBTQs, residentes na cidade de Santa Maria – RS. Estas pessoas foram acessadas informalmente através de indicações e coletivos LGBTQs. Os nomes destas pessoas serão preservados por solicitação dos mesmos, adotaremos durante a pesquisa nomes fictícios e sem distinção de gênero, a seguir apresentaremos as participantes e como se identificam: Alex (Homem cisgênero homossexual), Kim (Mulher cisgênero, bissexual), Zoe (Pessoa transgênero não-binário), Dominique (Travesti), Ariel (Mulher trans), Noah (Homem trans).

Para os dados extraídos das entrevistas, foi utilizada a análise do discurso que para Minayo (2013) analisa as palavras não apenas em seus significados, mas leva em consideração a expressão de posições ideológicas, compreendendo o contexto onde ela está sendo dita e também o silêncio que pode ser lido de várias formas.

Os dados que aparecem nas entrevistas foram divididos nas categorias de análise: Violências nos espaços públicos, Família, Saúde, Educação, Mercado de Trabalho, Movimento LGBT, Arte e Cultura. Devido as especificidades encontradas durante a pesquisa e dentro destas categorias foi feita a discussão das informações e dos atravessamentos que cada uma destas pessoas vivenciou.

6. CATEGORIAS DE ANÁLISE

6.1 Violências nos espaços públicos

Pessoas com identidade de gênero e orientação sexual desviantes dos padrões heteronormativos são excluídas de diferentes espaços do meio social, a partir das violências psicológicas, físicas e simbólicas que são diferentes em cada grupo de pessoas dentro da comunidade LGBT. A lesbofobia sofrida por mulheres lésbicas, a homofobia por homens gays e a bifobia que atinge mulheres e homens bissexuais são violências sobre a orientação sexual destas pessoas e por seus relacionamentos afetivos, já a Transfobia é uma violência que atinge homens e mulheres transexuais, travestis e pessoas não binárias por não se identificarem com os papéis de gênero que lhes foi designado ao nascer.

Estas violências estão arraigadas na sociedade moderna que funciona na lógica da normatização e padronização de corpos, influenciados pelo capitalismo que lucra pela hierarquização da sociedade nas relações de dominação (SOUZA; CARRIERI, 2010). A não aceitação dessas diferenças produz preconceitos e estigmas decorrentes da falta de conhecimento destas outras formas de existir, gerando violências nos diferentes âmbitos da sociedade.

Atualmente, a visibilidade da população LGBT está muito ligada ao homem gay e o papel social que foi construído pela luta de direitos, ampliando as possibilidades do homem homossexual de transitar em diferentes espaços sociais desde que siga um padrão heteronormativo. Esta ideia aparece nesta pesquisa como uma violência homofóbica significativa contra gays que não seguem esta norma circunscrita e que expressam no seu cotidiano uma feminilidade mesmo se

identificando com o gênero masculino. Como podemos observar no relato a seguir de Alex:

“E também violência física pela questão de eu ser como eu sou, meu jeito afeminado, em festas já levei socos...”

Em relação a esta violência os autores Santiago, Castello e Rodrigues (2017) nos trazem que existe uma maior rejeição aos gays afeminados em nossa sociedade, até mesmo pelos próprios gays, do que aqueles que expressam uma maior virilidade. Tal violência nos coloca a pensar como a masculinidade é frágil e precisa constantemente se afirmar, menosprezando, gays afeminados e mulheres.

Diferente da bifobia que é invisibilizada pela sociedade em geral e pela própria comunidade LGBT que tende a colocar a bissexualidade em lugar de experimentação ou de “fase”. Como um movimento de super-sexualizar esta orientação que traz a possibilidade de se relacionar com ambos os gêneros, reduzindo os afetos ao ato sexual e estigmatizando a pessoa bissexual como promíscua, como nos traz Kim:

“Mas o que eu sofri muito foi bifobia. Tanto pelas gurias, tanto por parte dos héteros por essa coisa do “Vai ficar e vai trazer outra menina junto”. “Ah! Que legal saber que você vai ficar comigo, mas vai também ficar com mulheres!”. Ou, as mulheres lésbicas pensam muito que eu serei a causadora de doenças. Sabe?”

A mulher bissexual traz em sua fala a dificuldade nas suas relações tanto com homens heterossexuais pelo atravessamento de uma construção machista na qual esta ligada ao fetiche e o erotismo da relação da mulher com outra mulher. Uma violência que pode ser lida como consequência de uma sociedade heteronormativa que inferioriza a bissexualidade a um desvio de caráter, pois, exclui as pessoas em que o sexo e o gênero não se encaixam, obrigando que sintam atração pelo sexo e gênero opostos, pois a heterossexualidade é normatizada e imposta de forma compulsória desde que nascemos e durante toda a vida.

Também na relação sexual com mulheres lésbicas que associam a mulher bi como transmissora de doenças sexualmente transmissíveis por também ter relações sexuais com homens, gerando um padrão homonormativo que vai dizer que as pessoas LGBTs devem sentir atração por pessoas do mesmo gênero e sexo. Ignorando as pessoas bissexuais que também estão nesta sigla e que se relacionam com ambos gêneros e sexos (LEWIS, 2017).

A transfobia apresenta especificidades pois é uma violência contra o que difere do padrão cis-heteronormativo, diferente da violência direcionada as orientações sexuais que as pessoas sofrem por com quem se relacionam. A violência transfóbica ataca corpos apenas por existirem.

A expressão de gênero não-binário é incompreendida na sociedade que busca sempre uma definição para estes corpos que transitam por formas de existir, mas, não se identificam com os papéis de gênero designados a partir dos genitais (KRASOTA, 2016). E acabam sofrendo inúmeras violências como aparece no relato de uma das participantes desta pesquisa, Zoe diz:

“...e ele tava parado atrás de mim e ele ergueu o punho, ergueu a mão, eu não sei se ele ia tentar me pegar pelo pescoço, tentar me dar um soco, não sei o que ele ia fazer só sei que quando eu olhei pra ele, ele se desconsertou o movimento e acertou a mão dele nesse meu lado esquerdo aqui com toda força, bem entre meu pescoço e minha clavícula aqui, ele me bateu...”

Neste trecho ela nos conta da agressão física que sofreu em um espaço público, além das violências verbais e psicológicas praticadas por um homem que não aceitou a sua expressão de gênero e se sentiu a vontade para violenta-la apenas por existir, como se sentisse atacado pela presença de um corpo trans no mesmo espaço (CRUZ; SOUSA, 2014). Uma experiência traumática que gerou neste corpo uma sensação de incapacidade e insegurança, um medo constante no cotidiano que é revivido ao passar pelo local da agressão e intensificado pelo descaso das autoridades com o ocorrido. Uma violência cruel que anteriormente só tinha sido vivenciada por ofensas na rua como, “bixa”, “viado”, “aberração” e que agora a fazem refletir e ter a percepção de que outros corpos passam por agressões tão extremas como homicídios em decorrência desta violência fatal (CRUZ; SOUSA, 2014).

Esta violência que é constante no cotidiano das travestis, e ocorre de múltiplas formas. Nesta pesquisa é trazida pela Dominique através de “olhares” em espaços públicos como aparece neste trecho da entrevista:

“...a gente foi num local e as pessoas ficaram olhando e ele ficou falando ai tu viu que as pessoas ficaram nos olhando e eu disse, isso não me atinge, se tu deixar te atingir isso te deixa pra baixo, então tu tem que ta lutando, isso eu acho que vai ser muito complicado, a gente desconstruir certas coisas, é muito chato essa questão de preconceito no meu dia-a-dia, eu tenho essa vantagem porque as

“pessoas acabaram me conhecendo eu consegui um respeito sabe, e eu digo que isso é bom não só pra mim...”

O que caracteriza uma violência simbólica vivenciada por ela que tem a percepção de que não sofre violências graves, pois, transita em diversos lugares da cidade o que a torna conhecida. (SOUZA et al., 2015)

Podemos observar durante esta pesquisa que as questões identitárias determinam especificidades nas violências que as travestis sofrem comparadas as violências que as mulheres trans enfrentam, a primeira aparece num lugar de marginalização diretamente ligada a classe social levando a exclusão dos espaços públicos reduzindo seus repertórios de cotidiano, a segunda consegue uma maior inserção nestes espaços, mas vivencia a transfobia enquanto uma violência estrutural, como aparece na entrevista realizada nesta pesquisa.

Desde os processos da transição de gênero que necessita de acompanhamento médico e psicológico para as mudanças corporais até a retificação do nome e gênero nos documentos necessários para a garantia da cidadania, Ariel relata ter passado por vários tipos de violências, como as simbólicas nos olhares até as verbais e psicológicas nos espaços públicos, desde a infância e pré-adolescência por ter uma expressão de gênero andrógino.

“Eu vivia a androgenia há anos! Desde minha a minha pré-adolescência, eu era uma criança muito andrógona! E todo mundo me lia como uma menina!”

O que se intensificou quando ela assume sua identidade de gênero enquanto mulher trans nesta sociedade que traz consigo um discurso cis-hétero-normativo e diz que mulher é quem tem vagina. Uma discussão biológica sobre cromossomos e genitálias transfóbica que violenta estes corpos, gerando um complexo com a imagem corporal que nunca esta suficientemente feminina, uma construção constante da aparência que se expressa através dos signos simbólicos do que é feminino, como o cabelo cumprido e o desejo das mudanças no corpo através de cirurgias plásticas. Um padrão social que afeta o cotidiano das mulheres trans.

“Afeta. Afetou e afeta até hoje todas as mulheres! Eu acho que mulher trans sofre muito esse negócio de se enquadrar ao máximo possível nos padrões.”

Padrões que colocam esta população em situações de risco, pois são as que mais morrem dentre os números de homicídios e suicídios, enfrentando principalmente a vulnerabilidade nas ruas, sofrendo ofensas e violências gratuitas.

“...eu tava voltando super feliz na rua e no meio do caminho tinha um carro parado estacionado, com um casal heterossexual, um homem e uma mulher e eu tava passando e a mulher gritou, os dois ficaram me olhando e ela gritou: não olha amor, não é uma mulher é um traveco”.

O medo se torna uma constante no cotidiano, medo de sofrer outras violências por ser trans dentro de uma vida social cisgênera, medo de não ser amada, de não ter um relacionamento, o que acaba acarretando um isolamento social destas mulheres.

A transfobia pode ser compreendida como um conjunto de fatores que agrega preconceito, violação de direitos humanos e fundamentais (como exemplo, a proibição do uso do nome social e da possibilidade de mudança no registro), exclusão estrutural (acesso à educação, ao mercado de trabalho qualificado e ao uso do banheiro correspondente ao gênero), e violências diversas como ameaças, agressões e homicídios (CRUZ; SOUSA, 2014; apud JESUS, 2014).

A participante reconhece no seu cotidiano um lugar de privilégios em relação a outras mulheres trans que não tiveram os mesmos acessos que ela enquanto pessoa branca e de classe média, um lugar que não é a realidade da grande maioria das pessoas trans, que carregam nos seus corpos os estigmas que as atravessam nas questões étnico-raciais e de classe. As pessoas Transgêneras negras estão em maior grau de vulnerabilidade em relação aos privilégios de pessoas brancas cisgêneras heterossexuais.

Como nos conta o participante Noah que se identifica enquanto homem trans e negro sobre as violências que já vivenciou, devido a sua cor de pele e identidade de gênero.

“Uma vez na rua eu escutei me chamarem de macaca sapatão, foi a primeira vez que eu senti a transfobia e o racismo juntos, de uma vez só...”

Nesta frase podemos observar duas violências praticadas simultaneamente, quando é chamado de “sapatão” negando a sua identidade masculina e colocando enquanto orientação sexual de forma pejorativa e a discriminação racial (BIROLI; MIGUEL, 2015).

A partir destes relatos de todas as participantes da pesquisa evidenciamos que a violência direcionada a LGBTs nos espaços públicos das cidades impacta no cotidiano desta população negativamente, indo ao encontro do que Carvalho e Júnior (2017) nos trazem:

A negação dos espaços públicos à população LGBT reforça a ideia de um dualismo entre a cidade legal e a cidade ilegal, em que as figuras que

transgridam as normas de gênero e de sexualidade devem ser execradas. A situação, aparentemente, insuperável do grande armário social produz economias sobre o sexo e a sexualidade através do discurso da normalidade/anormalidade, definindo, limitando, apagando e invisibilizando tudo aquilo que seja prejudicial à ordem posta.

6.2 Família

As violências LGBTfóbicas que partem das famílias talvez sejam as primeiras de muitas e que podem acontecer de forma mais sutil enquanto formas de discriminação simbólica ou a exclusão concreta destes LGBTs do grupo familiar. Das seis pessoas que participaram da pesquisa apenas uma relatou não ter sofrido nenhum tipo de violência da sua família.

O participante Alex traz na sua fala discriminação da família na figura da mãe, uma repressão ao seu jeito de ser que parte de uma chantagem psicológica e gera sensação de culpa fazendo com que busque na religião uma “cura”.

“No começo foi bem difícil, porque a minha mãe ela não me aceitou, eu achei que ela me apoiaria, mas não aceitou, ela me forçou fez uma pressão psicológica pra mim ir na igreja, daí eu fui por causa das chantagens dela, ela dizia que ela iria morrer se eu não procurasse ajuda, e aquilo ali me fazia sentir muito culpado...”

A homossexualidade vista como pecado para as religiões cristãs, na nossa sociedade faz com que relatos como este sejam frequentes dentro das famílias, a cura gay defendida por estas religiões, aparece como forma de acolhimento a estas pessoas, mas na verdade é uma grande violência que homofóbica.

O propalado acolhimento evangélico aos homossexuais pode ser visto, então, como uma estratégia política higienista, agenciada no plano das microrelações cotidianas, que não atinge os sujeitos diretamente com a ameaça da violência física, mas antagoniza e desqualifica sexualidades consideradas indesejáveis. Apresentando a desqualificação e o expurgar da diferença como uma atitude ativa de cuidado e zelo para com o outro, consonante com a ética cristã, essa face da homofobia religiosa difere das formas de homofobia que se expressam por meio da agressão física e verbal. Opera através de um reforço e exagero da norma heterossexual, cujo efeito mais imediato é uma proliferação e intensificação de discursos e práticas regulatórias que afirmam ajudar pessoas a “sair da homossexualidade” (NATIVIDADE, 2013).

Kim relata a dificuldade da família em compreender a bissexualidade que acaba reproduzindo discursos que reafirmam a invisibilidade desta orientação sexual.

“Porque quando eu me assumi, minha mãe dizia que teria sido muito mais fácil eu ter me assumido lésbica, do que ter me assumido bi. Porque o que acontece é a questão da promiscuidade. Se tu é bi, tu tens que ficar com homem e tem que ficar com mulher? O que que tu quer da vida, né?! Então, é muito mais fácil entender que a tua filha gosta só de mulher do que ela ficar com qualquer pessoa!”

Podemos analisar a fala da participante com base no estudo de Lewis (2017) que aponta dois eixos principais da violência direcionada a bissexuais. O primeiro é a invisibilização e o apagamento completo da bissexualidade, em decorrência da necessidade de definir esses corpos como homossexuais ou como heterossexuais, reduzindo a uma fase de experimentação. O segundo eixo a autora traz como supersexualização destes corpos bissexuais, como se estas pessoas sentissem a necessidade se relacionar com homens e mulheres para se satisfazer sexualmente, “promiscuidade, infidelidade inevitável” (LEWIS, 2017, p 5).

Zoe, traz no seu relato dois momentos com sua família, o primeiro de contar sobre sua orientação sexual enquanto homossexual e a aceitação da família, o segundo quando a sua expressão de gênero começa emergir e o discurso da família muda.

“...quando a minha expressão de gênero chegou na minha irmã ela pirou o cabeção, e a gente criou uma super distância, porque a minha irmã não consegue admitir que eu use as roupas que eu gosto de usar, não consegue admitir que eu use as coisas que eu gosto de usar, que eu use meus piercings, ela não admite que eu faça nenhuma alteração no meu corpo...”

Um processo de afastamento doloroso de uma referencia familiar que esta pautada na lógica binária, como nos traz alguns questionamentos no trabalho de Bento (2012): “Como ser/tornar-se um sujeito singular fazendo parte de uma instituição que se caracteriza pela reprodução das normas? Qual o espaço que a família reserva para a emergência de subjetividades divergentes da norma?”.

A falta de compreensão e de informação das famílias sobre esses corpos, a demora a aceitação e o afastamento de algumas pessoas da família, são fatores que caracterizam as primeiras violências simbólicas que estas pessoas enfrentam mas, em outros casos a expulsão de casa é violência concreta que marca uma vida inteira, uma agressão vivenciada pela maioria das travestis como relata Dominique.

“...foi o momento que eu acho que sofri o preconceito maior na minha vida, por que é a questão da tua família, acho que a tua família é a base, tendo uma base,

e na minha época, nossa geração, nós tínhamos um pensamento diferente, né, por que imagina, eu com 15, 14 pra 15, minha mãe me expulsa de casa, minha mãe era evangélica, minha família era evangélica, eu também era evangélica, me criei dentro dessa igreja, e aí fui construir minha família...”

Na fala podemos observar o preconceito da família na figura da mãe, que a expulsa de casa durante adolescência, gerando uma ruptura no relacionamento e a perda da referência familiar, o que a levou a viver em situação de rua por um tempo impactando o seu cotidiano, gerando uma sensação de abandono e rejeição como ela conta. Podemos relacionar o seu relato com uma pesquisa feita com Travestis na cidade de Santa Maria por Souza et al. (2015). Durante esse processo de se reconhecer enquanto travesti é o momento no qual elas mais passam por violência dentro de casa com surras e insultos. Não estar nas expectativas de gênero esperada pela família é um dos primeiros obstáculos vivenciados pelas travestis

“É uma violência, eu acho que tu perde tua referência, qualquer uma de nós perde a referência, eu digo assim, tu tem a tua casa, tua família, tua casa, teu mundo tem tuas coisas, tem teu cheiro e de uma hora pra outra isso é cortado da tua vida, simplesmente abre a porta e vai embora e aí tu não tem o preparo, tu não foi preparada pra isso ninguém é preparada pra isso, e aí tu trabalha com aquela coisa da rejeição, por quê? será que eu não sou normal? será que isso é certo? será que eu to errada? então tem essas coisas, isso te abala muito”

A fala também traz a construção de uma nova família, uma relação que as travestis estabelecem entre elas de acolher outras que estão em situação de rua, criando uma rede de apoio.

Após situações que envolvem a expulsão ou mesmo a rejeição da família de origem e a dificuldade de localizar moradia como qualquer outro cidadão, as pensões de travestis tornam-se os locais, quase exclusivos, onde elas são aceitas. Ao buscarem formar “casas” de convivência entre travestis, elas criam novos laços, muitas vezes, ampliando a noção de família. (SOUZA et al., 2015)

Se nos relatos acima as violências familiares direcionadas aos LGBTs produziu uma diferença nesses cotidianos, nos colocamos a pensar como se dá a vida de LGBTs que não conheceram essa estrutura familiar, como no caso de Noah, homem trans que viveu toda sua infância e adolescência alternando entre abrigos e as ruas.

“Foi muito difícil, me descobrir na rua, ou no abrigo que tinha que seguir regras rígidas, fico imaginando como seria se eu tivesse crescido com uma família, como seria minha vida hoje...”

As redes de apoio social, neste caso a familiar, são as principais referências para a construção da identidade dos indivíduos, em uma vida empobrecida destas redes, como se dá as relações que esta pessoa estabelece com o sistema social? (SILVA; CERQUEIRA-SANTOS, 2014). Noah traz em seu relato os problemas com a polícia e antecedentes criminais e questiona se sua vida seria diferente com algum apoio familiar. Questão que pode ser respondida com base na literatura de uma pesquisa anterior que traz os seguintes dados:

Relacionando o vínculo afetivo familiar e a relação de aceitação e boa convivência com a identidade de gênero foi possível identificar que 36,7% têm uma convivência doméstica ruim; 22,8% caracterizaram como regular; 7,2% respondeu ter uma boa ambiência dentro de casa e 7,6% denominou como excelente o convívio com seus congêneres. O ambiente familiar é um terreno fértil e potencial gerador de doenças e sofrimento mental diante do habitual cenário de falta de suporte, exclusão, segregação e violação da integridade do indivíduo transexual (BEZERRA et al., 2018).

Apesar dos dados majoritariamente negativos das relações familiares de pessoas trans, a presente pesquisa aponta para os casos que divergem das estatísticas e que não são a maioria, como o relato de Ariel, mulher trans que nos conta da aceitação e apoio dos pais desde o processo de transição, incentivo aos estudos, ajuda financeira até hoje.

“...isso se aplica as pessoas trans né, se eu to na universidade é por conta do apoio dos meus pais, apoio financeiro inclusive, por eu não ter sofrido essa expulsão de casa que é uma grande transfobia então eu reconheço isso e acredito que é por isso sim que eu to aqui e que eu to na pós hoje.”

Podemos relacionar a fala dela a literatura que nos traz que a maneira como essa família vai encarar estas outras formas de existir enquanto homem ou mulher influencia na constituição destes sujeitos (SILVA; CERQUEIRA-SANTOS, 2014).

6.3 Saúde

Enquanto estratégia para que se combata as discriminações e violências dentro dos serviços do Sistema Único de Saúde, para que se garanta o acesso da população LGBT e a qualidade destes serviços, foi instituída a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT) através da Portaria GM/MS nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011. As secretarias estaduais ficariam encarregadas da implementação e as secretarias municipais pela efetivação a partir das especificidades da população LGBT dos municípios (Brasil, 2011).

Entretanto a falta de informação das equipes dos serviços de saúde principalmente a falta de conhecimento de gestores sobre as especificidades da população LGBT como mostra a pesquisa de Gomes et al. (2018) resulta na invisibilização das identidades Trans, gerando violências e discriminações direcionadas a estes corpos quando buscam os serviços de saúde.

Como podemos observar nesta pesquisa, através das falas de Alex e Kim que relatam não ter sofrido nenhuma violência nos serviços de saúde por suas orientações sexuais.

Alex: “Só utilizo o SUS e pra mim sempre foi tranquilo nunca tive nenhum tipo de problema por se gay.”

Kim: “Eu sempre usei plano[...] as vezes que eu fui na ginecologista, eu nunca falei assim, sobre ser bissexual.”

A partir das falas podemos perceber que a orientação sexual não foi colocada em questão nos serviços de saúde do SUS e do sistema privado. Diferente das vivências que as participantes Trans nos trazem.

Zoe relata o preconceito enfrentado no SUS em uma doação de sangue, onde a fizeram perguntas constrangedoras relacionadas a sua orientação sexual e pela sua aparência.

“...foi o maior peso na minha vida e que foi pelo SUS, foi uma doação de sangue que foi a minha ultima doação que eu fiz e eu não faço mais, naquela doação, eu cheguei e fui questionada quanto a minha sexualidade e fui questionada quanto o sexo que eu praticava, no momento que eu me expus enquanto homossexual, no momento que eu falei sobre a minha frequência sexual que era

num período que tava acontecendo eu simplesmente eu recebi uma resposta não convidativa a doar sangue, apesar do cara não ter me negado aquilo, eu fico até hoje pensando que o meu sangue foi descartado após o momento que eu sai de lá.”

Esta é uma violência que aparece em um processo histórico relacionando à população LGBT a epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – SIDA ou AIDS, a doença que foi batizada nos Estados Unidos como “Peste gay”, pois tinha-se a ideia de que era uma doença específica dos homossexuais. No Brasil o combate à disseminação, e a falta de informação sobre a doença levou a construção social de um tabu sobre os soropositivos e a forma de se relacionar com eles gerando preconceitos e políticas discriminatórias aos grupos mais vulneráveis ao HIV (SILVA, 2017).

Como o descarte de sangue doado por LGBTs embasado pelos regimentos que definem o perfil de doador e excluem homens homossexuais e bissexuais do ato de doação de sangue, caso tenham tido relações sexuais nos últimos 12 meses um caso explícito de homofobia dentro do território brasileiro e legitimado legalmente nos serviços de saúde.

O ato de vedar uma parcela da população da doação de sangue baseando na orientação sexual é um atentado a diversos princípios fundamentais e principalmente à dignidade da pessoa humana, uma vez que essa restrição marcará para sempre os indivíduos de forma a marginalizar seu comportamento e sua intimidade, afetando profundamente sua estima e a visão do seu papel na sociedade (SILVA, 2017).

Dominique conta que não sofre mais preconceito nos serviços de saúde, pois transita em vários espaços da cidade, o que a tornou conhecida e aumentou seu poder contratual garantindo seu acesso a saúde pública, mas traz sua percepção dos relatos que acompanha da população trans de Santa Maria que não conseguem usufruir deste direito. Ela conta sobre a violência que algumas meninas sofrem em relação ao nome social o que acaba gerando uma evasão da população trans destes serviços, percebe também uma dificuldade de humanização dos profissionais da saúde e acha que uma saída para acabar com esta violência é investir em capacitação destes profissionais para que consigam acolher todos os públicos.

“Existe, existe e muito preconceito, comigo não mais, por essa questão que as pessoas acabam me conhecendo, eu digo, eu vou em lugares que as pessoas, aí a Dominique, eu não preciso nem dizer o meu nome que as pessoas sabem, por eu estar sempre envolvida em uma atividade, mas pra outras meninas trans não é assim”

Fatos que observamos também na pesquisa de Souza et al. (2015) em relação aos serviços de saúde de Santa Maria que não desconstruem as violências simbólicas contra as travestis. Tendo em vista que os profissionais que atuam nestes espaços não conhecem as especificidades desta população por uma defasagem na formação acadêmica e posteriormente sem capacitação dos serviços para evitar situações de violências e constrangimento para estas pessoas durante os atendimentos.

Esse é um dos aspectos de um amplo quadro de estigma, preconceito e abjeção envolvidos na situação de acolhimento das travestis nos serviços. São muitas as dificuldades no atendimento à saúde das travestis nas instituições públicas de saúde: o mencionado desconhecimento dos profissionais de saúde dos problemas que afetam as travestis, a falta de resolutividade, a identificação pelo nome masculino no momento do atendimento, entre outros. As travestis sentem-se incomodadas pela forma como são tratadas, pelo julgamento moral e pela distância denunciada pelos gestos, olhares e falas dos profissionais que atendem nos serviços de saúde (SOUZA et al., 2015. p. 772)

Violências estas que Ariel também percebe nos serviços privados de saúde, pois relata que sempre fez uso de plano de saúde e nota o despreparo dos profissionais para atender a população trans, ela nos conta ainda sobre o assédio sexual que sofreu de um médico.

“Ai eu falei que tava sentindo dores na região pélvica e ele me levou pra uma sala pra me examinar e ele disse que eu tinha que tirar a roupa, ai ele fez eu tirar a calcinha, começou a me tocar, até ai tudo bem foi constrangedor mas até ai tudo bem, era o trabalho dele, tava realmente me examinando, mas depois de um momento ele tava com um aparelho de ultrassom ele falou assim: “ai eu to muito curioso, acho que vai ser bom pra ti, eu quero examinar os teu seios...” eu tava com dor na região pélvica e ele falou “tira teu vestido, pode colocar tua calcinha mas tira o teu vestido, vamos ver se não tem algum nódulo nos teu seios, vamos aproveitar que tu já esta aqui” dai ele falou assim: “como mulheres trans tomam hormônios, tomam estrogênio, o estrogênio pode desenvolver câncer de mama, então eu to muito curioso com o teu caso, vamos ver se tu tem algo”, muito sutil assim sabe, me convencendo, dai eu fui tirei a roupa, enquanto ele passava o aparelho em mim ele começou a fazer vários comentários, “ai tu é muito bonita, tu não parece uma mulher trans, coloca muitas mulheres no chinelo”, esses tipos de comentários e dai eu sai de lá, me sentindo estuprada, como se eu tivesse sido estuprada assim, me senti suja, me senti muito mal, isso nunca tinha acontecido comigo, foi muito violento.”

Noah traz em sua fala que está a anos sem acessar serviços de saúde, sem realizar exames ginecológicos, pois foi tratado mal inúmeras vezes dentro do SUS, nunca teve seu nome social respeitado, como relata neste trecho:

“Fui levado da penitenciária até o hospital pra fazer exames porque eu tinha sido furado e pedi pra que me chamassem pelo meu nome social, a médica olhou na minha cara e disse que marginal não tinha essas regalias e continuou me chamando pelo nome de registro, me senti um lixo naquela situação”.

Vivências como esta relatada acima não aconteceriam se as portarias e leis fossem respeitadas e conhecidas por todos, sem desrespeitar a dignidade humana, como traz a literatura:

Em 13 de agosto de 2009, o Ministério da Saúde lançou, através da portaria nº 1820, a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS. A carta tornou obrigatório haver em documentos de identificação dos usuários, como prontuários, um campo a ser preenchido com o nome pelo qual o usuário deseja ser chamado. Isso não deve ser realizado de forma desrespeitosa ou preconceituosa, pois a carta afirma que “todo cidadão tem direito ao atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação”. Em 2011, através da portaria nº 2.836, que normatizou o direito ao “uso do nome social de travestis e transexuais, de acordo com a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS” (ROCON et al., 2016. p 2519).

Todavia, estas portarias não são respeitadas no âmbito de trabalho dos serviços de saúde pelos profissionais o que priva o acesso universal a saúde para a população trans, não só a violência causada pela negação do nome social, mas também as violências simbólicas, as discriminações, tem sido os principais motivos da não efetivação de acesso ao cuidado em saúde.

6.4 Educação

Nesta categoria observamos que quatro das seis pessoas que participaram da pesquisa relataram ter sofrido bullying na escola, destas quatro uma não terminou o ensino médio e uma não chegou a concluir o ensino fundamental indicando que o bullying LGBTfóbico influencia diretamente no rendimento educacional dos jovens, podendo ser intensificado pelo racismo. Violências estas cometidas não só por colegas, mas também por educadores e profissionais das escolas que muitas vezes reforçam padrões que serão seguidos.

Para Alex o bullying que sofreu na escola por ser diferente, vem da construção de uma cidade pequena e conservadora na qual ele nasceu e cresceu. Mesmo

tendo a experiência de ser discriminado no espaço escolar, o participante percebe a educação enquanto potência transformadora na sua vida a partir do acesso ao ensino superior, traz em seu relato a universidade como espaço acolhedor e de empoderamento para sua orientação sexual.

“Na escola eu sofri muito sim porque em cidade pequena, as pessoas não tem muito acesso a informação, vivem no seu mundinho e não abrem a cabeça pras coisas novas, e aceitar as diferenças. Na faculdade não, a universidade foi uma coisa libertadora pra mim, foi um processo principal pra minha transformação sabe, foi através do ensino superior que eu me descobri uma pessoa melhor do que algumas pessoas diziam e que eu poderia ser algo a mais, através da educação.”

Zoe conta que tentava reforçar padrões masculinos na escola, pois sofria bullying por apresentar características femininas, e que a partir da descoberta da expressão de gênero que foi um processo que aconteceu na universidade, os preconceitos viraram rotina no seu cotidiano.

“Todos os dias isso acontece, na sociedade em geral e dentro da universidade, gosto de dizer que a universidade é uma bolha porque aqui tem grandes cabeças pensantes, uma visão diferente de mundo, a gente tem certa liberdade aqui dentro, mas mesmo assim em qualquer esquina que a gente vá, em qualquer cantinho que a gente sempre vai ouvir preconceito, quando eu passo pelas churrasqueiras aqui da casa do estudante e eu to maquiada, eu sempre escuto aquele deboche de canto, aquele riso, aquelas coisas que me marcam desde a educação básica, quando me chamavam de viadinho, hoje não é só mais viadinho, é aquela pessoa que ta tentando parecer mulher, quando na verdade não é nada disso, isso sempre aconteceu a partir do momento que eu comecei a mostrar essa expressão de gênero...”

Traz também que enquanto educadora tenta naturalizar e abordar temas sobre identidade de gênero, orientação sexual e respeito, mesmo nas aulas de matemática. O que tornou este processo mais confortável na escola como professora em relação a sua expressão de gênero.

Dominique nos traz sobre a evasão de LGBTs das escolas devido ao bullying e o despreparo da educação para receber e acolher a esta população, como aconteceu com ela, fala da sua percepção sobre o papel das escolas enquanto formadoras de pessoas, e da importância da educação na vida.

“...dentro da escola passar por isso, do constrangimento, do bullying, tanto que a pessoa acaba não indo mais, qualquer uma de nossas letras acabam não indo mais, as vezes as travestis sofrem mais e a mulher trans também, mas tem o homem trans também que está passando por esse processo, eu acho que a educação não está preparada também, tudo acontece, deveria acontecer através da educação, se tu tiver desde pequeno nos teus primeiros anos, quando chegar nos teus doze a tua cabeça é outra, tu vai entender aos poucos, e dentro desse espaço tu convive até os dezoito anos, doze anos tu fica dentro de uma escola...”

Ariel nos conta que nunca sofreu uma grande violência no âmbito escolar e sempre teve apoio dos pais para estudar, e quando entrou no ensino superior via a universidade como ambiente seguro, pois não transitava pela cidade por ser pequena e conservadora na fronteira oeste do estado, relata que teve sua solicitação do nome social respeitada na universidade, pois o processo burocrático da retificação dos documentos ainda estava em andamento. Mas Ariel nos fala de dois momentos dolorosos para ela no âmbito da educação. O primeiro foi a exposição do nome de registro em ata da prova do Enade - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, ela traz na sua fala a brutalidade desta violência e como isso a afetou:

“...mas em alguns documentos eu tive que fazer a prova do Enade por exemplo no final do curso e como o Enade ele pega pelo CPF e como eu não tinha retificado ainda, em alguns momentos o meu nome de registro da época ele foi exposto em atas, onde varias pessoas tiveram acesso, colegas meus tiveram acesso e eu fui exposta dessa forma então eu achei isso muito violento, eu tive que fazer a prova com aquele nome, tive que assinar com aquele nome, foi muito muito violento pra mim[...] eu senti como se eu não tivesse humanidade, como se eu não fosse humana sabe, como se as minhas questões, as minhas verdades, a minha essência, enfim o meu ser, não tivesse importância nenhuma. Eu senti como se eu não existisse. Eu não existo eu sou aquele nome que não me representa e eu vou ter que agir de acordo com isso, é como não ter humanidade nenhuma.”

E um segundo momento quando ela escuta comentários transfóbicos de um homem ao sair do banheiro da universidade:

“...eu tava saindo do banheiro e ele ficou me olhando muito assim, eu fiquei muito constrangida e ele falou algo assim, “aquela menina ali não é uma menina, é um menino” e ele falou pra outra pessoa que chamou outras pessoas, dai eu sei que

um monte de pessoas se reuniram perto da onde eu tava, eu sai do banheiro e fiquei por ali e eles tavam do outro lado assim, então eu passei por essa situação todo mundo apontando pra mim “olha lá, aquela pessoa não é uma menina é um menino”, então é muito estranho passar por isso.”

A transfobia e o racismo são violências complexas e quando direcionadas ao mesmo corpo podem ser ainda mais dolorosas, Noah conta sobre as discriminações que enfrentou na época da escola e como elas fizeram com que ele desistisse muito cedo de frequentar esse espaço deixando muitas marcas negativas na sua história.

“Nossa, eu não gosto nem de lembrar do colégio, porque eu sempre fui gordo, com jeito de machinho e preto ainda, dai já viu né, me ofendiam de todas as maneiras possíveis e eu revidava né, batia em todo mundo, e quando me levavam pra direção a diretora sempre me dizia que eu tinha que me comportar como uma menina, como eu era. Aquilo ficou tão dentro de mim que eu até hoje raspo o cabelo, porque diziam que ele era de bombril”

Todos os relatos apontam para os impactos negativos que a LGBTfobia produziu na vida destas pessoas em relação a educação, privando o acesso do direito a educação de forma violenta, reproduzindo e ensinando a crianças e jovens não LGBTs a discriminar e excluir estas pessoas que divergem dos padrões heterossexuais, uma formação calcada sobre a violência que massacra jovens e perdura na vida adulta (SILVA, 2018). E apontam a necessidade da criação, implementação e efetivação de políticas públicas que capacitem profissionais da educação, para que se garanta o acesso e permanência desta população nos processos de ensino e aprendizagem.

6.5 Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho aparece nesta pesquisa enquanto uma categoria de análise fundamental no cotidiano de LGBTs, principalmente da população Trans que nos conta sobre as dificuldades que enfrentam na procura por trabalho formal. Alex e Kim contam que nunca sofreram discriminação por suas orientações sexuais no trabalho. Zoe relata ter presenciado alguns olhares direcionados para a forma como se veste e se expressa, mas nunca sofreu uma violência concreta.

Dominique conta sobre a dificuldade para a população trans, nos trabalhos formais mesmo com um bom currículo, e que os serviços que mais aceitam são em salões, ou no mundo do carnaval, já para as travestis onde o estigma social é mais perverso, muitas vezes a única opção para garantir o sustento é a prostituição. Ela traz também a sua experiência como a primeira travesti a trabalhar na Câmara dos Vereadores de Santa Maria.

“...foi procurar trabalho com um currículo maravilhoso, quando ela chegava na frente e viram que ela era trans a vaga tinha sido preenchida. Então acaba infelizmente no mercado de trabalho, ou é salão de beleza, ou ainda como eu te digo, pessoalmente das mulheres das travestis, são a prostituição, como eu digo, outras gostam outras não, sabe.. e aí tem essa questão, eu acho que ainda estamos patinando aí eu acho que a gente vai ter que bater na porta sempre, a gente vai ter que dizer que a gente é capaz, não é só a nossa aparência que nos define...”

“...quem não sofreu, como eu venho desse mundo de carnaval, eu digo, a gente no carnaval é bem mais fácil, que já é o nosso universo carnavalesco, lindo, bonito e isso aquela coisa, então, aos poucos foi difícil, eu me lembro que eu fui a primeira assessora travesti lá da na Câmara de vereadores de Santa Maria e quando ela me chamou para trabalhar em 2000 e pouco, quando eu fui pra câmara as pessoas ficaram assim óh, os outros vereadores, aí tem uma travesti aqui, aí sabe, e isso também eu sofri, mas eu tava ali por causa que eu era bancada pela vereadora e eu acreditava nisso...”

Dificuldade que Noah também traz na sua fala e que o levou para o mundo do crime:

“Eu nunca consegui um trabalho com a carteira assinada, tentei muitos bicos na rua, até juntar materiais recicláveis, mas quando eu vi que conseguia mais dinheiro com o tráfico não pensei duas vezes, foi quando estive preso...”

Discursos que nos mostram a precariedade dos trabalhos informais que a população trans se insere para sobreviver, isso quando a criminalidade não se torna a única saída para alguns, vítimas desta sociedade capitalista, onde os únicos beneficiados são os detentores dos lucros da exploração destes corpos, num ciclo de dominação necessário para que se garanta a continuidade desta lógica, negando ações que possam trazer melhorias no mercado de trabalho que mesmo quando uma pessoa LGBT consegue se inserir, as relações institucionais são marcadas pela violência da LGBTfobia, como nos traz a literatura de Quadros (2018).

“Nesse sentido, percebe-se que no mercado de trabalho há uma predisposição para garantir empregos para pessoas a partir de gêneros definidos, inseridos na dicotomia naturalizada homem-mulher cisgênero. Quanto as travestis e transexuais resta a incerteza e a rejeição, dificilmente há espaços disponíveis no mercado de trabalho, por isso essas pessoas são marginalizadas e estigmatizadas. Por outro lado, para a maioria das travestis e transexuais restam, ainda, os empregos precarizados, mal remunerados e sem qualquer tipo de estabilidade, isso quando a única opção não é a prostituição.”

Além de conviver com o preconceito em casa, na escola e no trabalho, a população LGBT também sofre com a falta de empregos formais. Se enfrentar o mercado de trabalho já é difícil para os heterossexuais, para a comunidade LGBT o desafio é triplamente maior. Não é a toa que a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras LGBTs no Brasil optam por esconderem sua sexualidade por medo de perderem o emprego, o que é uma violência a dignidade humana.

6.6 Movimento LGBT

Em Junho de 2019 o movimento LGBT comemorou cinquenta anos da revolta de Stonewall, conhecida por ser um marco histórico para a ascensão da luta pelos direitos LGBTs no mundo. Nos anos 1960, o Stonewall Inn era um dos mais conhecidos bares gay de Nova York onde reuniam-se gays, travestis, drag queens marginalizados pela sociedade. O bar enfrentava problemas na documentação e regulamentações e na noite de 28 de Junho de 1969 a policia faz uma batida truculenta no local e treze pessoas foram agredidas e detidas de forma violenta o que gerou uma revolta na comunidade gay da cidade que antes se escondia, o sentimento de orgulho começou a emergir, com vários protestos por dias após o fato. Movimentos em vários locais do mundo surgiram nos anos seguintes.

No Brasil, só após o fim da ditadura militar iniciaram as organizações mais efetivas dos LGBTs com o crescimento dos movimentos sociais. Desde então, passaram-se 40 anos de lutas e de história. O movimento homossexual tornou-se LGBT. Proliferaram-se os coletivos e grupos organizados, diversificaram-se as identidades, multiplicaram-se as formas de luta, conquistaram-se direitos e reconhecimento, construíram-se políticas públicas, realizaram-se os maiores atos de rua com as Paradas do Orgulho LGBT e ocuparam-se as redes sociais e as tecnologias com novos ativismos.

Ampliaram-se as discussões sobre as especificidades dentro da comunidade LGBT como o crescimento do movimento bissexual. Kim nos conta a sua percepção sobre essa discussão e como as violências acontecem também dentro do movimento LGBT:

“Eu acho que, agora, o movimento bi está levantando mais a bandeira. Pessoas que namoram também estão levantando a bandeira da bissexualidade. E se assumindo bi, mesmo namorando homem. Mas, o movimento bi ainda é muito pequeno [...] Mas no movimento LGBT tem muita bifobia...”

Ela conta também que o lugar de fala de uma mulher bi é diferente do que o da mulher lésbica, o que muitas vezes gera uma confusão para o movimento que não consegue visualizar essa diferença e acabam invisibilizando as colocações da bissexualidade. Uma das consequências citadas por Kim é tabu que se estabeleceu sobre a bissexualidade de pessoas trans.

“...e desconstrução tanto com as pessoas trans. Porque, meu Deus! Uma pessoa trans ser bi! Porque parece que, nossa! Tu já tá fugindo, sabe? Já é outra identidade de gênero e ainda quer “abusar” da tua orientação sexual! Nasci LG e o B, ou seja, não tem identidade de gênero! Então, a bissexualidade para as pessoas com T também é difícil. É complicado!”

Zoe também nos conta que sofreu preconceito dentro da própria comunidade LGBT por ser afeminada, segundo ela a população LGBT ainda está muito ligada ao padrão heteronormativo:

“...quando tu te diz homossexual e tu é uma pessoa afeminada tu ganha muitos ataques até mesmo da própria comunidade LGBT, eu acho que essa busca pela masculinidade super presente, uma masculinidade tão forte faz com que as pessoas acabem se negando de fazer certas coisas e ao mesmo tempo neguem a outros de fazer também...”

Dominique fala da importância da união do movimento LGBT nas lutas e faz uma crítica aos rótulos que separam as pessoas gerando segregações dentro do movimento que aumentam as violências.

“...essa questão da gente ta numa caixinha numa letra essas coisas tu acaba te fechando e é que nem eu digo no movimento LGBT ta muito isso assim, o L quer saber só da luta do L, o B só do B, o T sabe e isso no momento a gente tem que parar, a nossa demanda é a mesma das nossas letras, a gente quer políticas

públicas, a gente quer ser respeitada, a gente quer trabalho, quer ta ali quer estar em todo lugar...”

Por fim, o movimento social de direitos humanos LGBT brasileiro apresenta um histórico de conquistas de relevância considerável, embora possamos considerá-las discutíveis em diversos âmbitos. Pensamos ser necessária a união com o movimento de Negras e Negros, com o Movimento de Mulheres, com os Sindicatos de Classes trabalhadorxs, com o Movimento pela Diversidade Funcional e todxs aqueles que lutam contra as opressões no dia-a-dia (CANABARRO, 2013, p.13)

Sempre enfrentando ondas de preconceito e de ódio, o Movimento LGBT age em busca da igualdade social, seja por meio da conscientização das pessoas contra bifobia, homofobia, lesbofobia e transfobia, seja pelo aumento da representatividade das pessoas LGBT nos mais diversos setores da sociedade civil. Em Santa Maria o movimento LGBT se dá fortemente no movimento estudantil da Universidade Federal de Santa Maria, mas também pelos coletivos que se organizam enquanto entidades representativas como o Coletivo Voe que luta em prol da defesa da diversidade sexual e de gênero na cidade de Santa Maria - RS. Criado em 2011, o Voe promove debates, aulas públicas, cine-debates, palestras, rodas de conversa, festas e espaços de formação sobre gênero, corpo e sexualidades. E a Ong Igualdade que é uma extensão da Igualdade RS, Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul, uma Organização Não-Governamental, criada em 25 de maio de 1999 para atuar na defesa dos Direitos Humanos de travestis e transexuais, com ênfase na promoção da cidadania e campanhas de prevenção da área da saúde.

6.7 Arte e Cultura

Os espaços de produção cultural e das artes são vistos pela sociedade como espaços elitizados, status quo que nega a presença de corpos marginalizados e faz com que pessoas LGBTs, principalmente travestis e transexuais não se sintam autorizadas a acessar ambientes onde são produzidas arte e cultura, direito fundamental no cotidiano de todas as pessoas, como conta Dominique:

“...tem o mês da igualdade me Santa Maria que a gente criou antes era uma semana que já tem a quase 15 anos dai a gente viu que era pouco espaço e era cansativo, a gente não conseguia mobilizar vinte pessoas dai nós acabamos criando o mês da igualdade que dai a gente faz no teatro que é uma coisa simbólica mas eu

acho importante a gente estar ali no teatro 13 de Maio, porque muitas de nós acha que aquele espaço não é pra nós, os espaços culturais, a gente acaba vendo isso, no ano passado a gente convidou uma menina lá da Carolina que é um bairro pobre aqui de Santa Maria e ela não queria ir, porque ela não tinha roupa, dai nós convencemos ela e ela chegou lá ela nunca tinha entrado, ela não sabia dai ela olhou e tem duas entradas tem o mezanino dai ela achou ai dois teatros eu fico la em cima ou aqui em baixo? Pra ti ver que isso é tão normal pra algumas pessoas mas pra outra que esta lá na periferia não consegue. Essa questão das ações educativas que a gente faz com crianças, questões da arte mesmo isso é importante, levar e dizer que elas podem acessar aqueles espaços, que podem estar ali, porque tem muito aquela coisa ai o Museu, a questão do teatro, a gente fez uma parceria com o SESC a dois anos atrás da BR Trans com o Silvéro Pereira³ quando ele veio pra Santa Maria com a peça pra cá, dai acabamos chamando todas Trans, todo o alojamento da Veronica e as meninas chegavam lá e ficavam espantadas sabe e tu via a maneira da pessoa o olhar da pessoa tu nota, ela vai se identificando vai se soltando e ela sai dali outra pessoa de dentro desses espaços e eu acho que esse é o nosso papel do dia-a-dia enquanto militante, essas pequenas grandes coisas.”

A arte, portanto, educa o homem fazendo-o transcender à fragmentação produzida pelo fetichismo da sociedade mercantil. Nascida para refletir sobre a vida cotidiana dos homens, a arte produz uma “elevação” que a separa inicialmente do cotidiano para, no final, fazer a operação de retorno. Esse processo circular produz um contínuo enriquecimento espiritual da humanidade (FREDERICO, 2000, p. 305).

Utilizar-se da arte como produção intrínseca a vida, para a quebra de paradigmas, compreendendo tal área como potente meio de transformação social e cultural. A arte e cultura LGBT vem numa crescente de representatividades na música, cinema, artes plásticas, fotografia, teatro, dança entre outras expressões, ocupando todos os espaços em um movimento de levar informações sobre o cotidiano desta população para o resto da sociedade.

³ Criado a partir de fragmentos de histórias reais coletadas em conversas com travestis, transexuais e transformistas, a peça BR-Trans apresenta os sonhos, os desejos, as vivências, as conquistas, além de relatos de exclusão e violência, presentes no cotidiano desta população de norte a sul do país. Fruto de um processo de pesquisa cênica realizado pelo ator e dramaturgo cearense Silvero Pereira, nas ruas e casas de show de Porto Alegre, unido às suas vivências pessoais no universo trans de Fortaleza, o monólogo entrelaça as vidas das personagens criadas a partir da investigação, compondo um retrato do que é ser transgênero no Brasil.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo foi investigar quais são os impactos causados no cotidiano de pessoas foram vítimas de LGBTfobia na cidade de Santa Maria – RS. Analisando os aspectos relacionados à vida dos sujeitos que sofrem esta e outras violências, em vários âmbitos sociais dos quais transitam e compreender qual é a percepção dos mesmos sobre o preconceito relacionado às questões de saúde, educação e trabalho.

Neste sentido a pesquisa apontou que a cultura cis-heteronormativa pautada por valores religiosos reproduzidos na sociedade, se torna uma grande produtora de violências, violências estas que impactam negativamente o cotidiano destas pessoas que tem seu corpos normatizados todos os dias seguindo padrões para que sejam aceitas dentro de suas famílias, das suas escolas, dos seus trabalhos e até mesmo dos lugares de lazer.

Violências que se tornam mais dolorosas para corpos que rompem com estes padrões e decidem viver livres, enfrentando a exclusão social, agressões não só físicas, mas também simbólicas que talvez sejam as que deixam marcas mais profundas nestes corpos, como processos de adoecimentos físicos e psíquicos.

As famílias talvez sejam as maiores produtoras de violências contra LGBTs negando o diálogo sobre corpo e sexualidade, evitando abordar a temática LGBT dentro de casa, e quando mencionada é de forma pejorativa e vista como pecaminosa. Tornando o processo de aceitação destes corpos confuso e doloroso, cobram destes mudanças na forma como se expressam negando suas identidades e em situações mais extremas os expulsando do núcleo familiar, uma cisão abrupta do cotidiano e de referências destes sujeitos em formação.

Lógica que é reproduzida na extensão da instituição família. A educação deveria ser potencializadora do combate às intolerâncias, nossa maior arma para que as injustiças sociais sejam desmascaradas e desnaturalizadas da nossa sociedade, deveria ensinar o respeito às diferenças e a beleza nelas. Romper com essa estrutura envolta no capital que necessita de corpos subjugados para seu funcionamento. Mas atores sociais que compõem a educação também ferem a dignidade destas pessoas que muitas vezes tem seus direitos básicos como a educação arrancados por não suportarem as violências deste espaço.

O que afeta diretamente nas relações de trabalho que estes sujeitos vão estabelecer na fase adulta, submetendo-se a trabalhos informais e mal remunerados, quando conseguem acessar este mercado sem alguma formação específica. O desemprego pelo estigma social faz com que muitas vezes estes corpos recorram a outras formas de sobrevivências, onde se encontram novamente com as violências que é uma constante nestes cotidianos.

Aspectos relacionados aos processos de saúde e doença desta população estão na maioria das vezes ligados a estes atravessamentos sociais, privando as produções de vidas nas suas subjetividades, adoecendo estes corpos que se recusam a serem cuidados por quem não respeita suas histórias e diferenças.

Constatou-se nesta pesquisa que o medo das violências talvez seja o impacto que mais influencia no cotidiano da população LGBT em todas as áreas da vida, viola os direitos humanos e desorganiza pessoas enquanto sujeitos de direitos. Neste sentido retomamos a importância da atuação de Terapeutas Ocupacionais para com esta população, na reconstrução de projetos de vida, usando estratégias para que estes se reconheçam enquanto agentes transformadores destas realidades, ampliando seus repertórios para que conheçam e garantam seus direitos e intensifiquem as lutas por políticas públicas contra a LGBTfobia.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. B. De. A desconstrução dos processos identitários dos gêneros sexuais em Judith Butler. **Revista Multidisciplinar da Uniesp**, São Paulo, n. 11, p.33-38, jun. 2011.

BENETTON, J. O encontro do sentido do cotidiano na Terapia Ocupacional para a construção de significados. **Revista Ceto**, Fortaleza, p.32-39, 2009.

BENTO, B. As famílias que habitam “a família”. **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 15, n. 2, p.275-283, dez. 2012.

BEZERRA, D. S. et al. Homens Transexuais: invisibilidade social e Saúde Mental. **Temas em Saúde**, João Pessoa, v. 18, n. 1, p.428-444, 2018.

BIROLI, F; MIGUEL, L. F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e cconvergências na reprodução das desigualdades. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 20, n. 2, p.27-55, 25 dez. 2015. Universidade Estadual de Londrina.

BRAGA, I. F. et al. Violência familiar contra adolescentes e jovens gays e lésbicas: um estudo qualitativo. **Revista Brasileira de Enfermagem: REBEn**, Ribeirão Preto-sp, v. 71, n. 3, p.1295-1303, jun. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988, 292 p

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 dez. 2011. Seção 1, p. 35.

BUTLER, J. P. Butler e a desconstrução do gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 13, p.179-183, abr. 2005. Tradução de Renato Aguiar.

BUTLER, J. **Deshacer el género**. Tradução de Patrícia Soley-Beltran. Barcelona: Paidós, 2006. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANABARRO, R. História e Direitos Sexuais no Brasil: O movimento LGBT e a discussão sobre a cidadania. In: II Congresso Internacional de História Regional. 2., 2013, Passo Fundo. **Anais Eletrônicos**. Passo Fundo: Upf, 2013. p. 1 - 15.

CARVALHO, C. O.; MACEDO JÚNIOR, G. S. 'Isto é um lugar de respeito!': a construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano. **Revista de Direito da Cidade**, [s.l.], v. 9, n. 1, p.103-116, 31 jan. 2017. Universidade de Estado do Rio de Janeiro.

CRUZ, M. S.; SOUSA, T. S. Transfobia Mata!: Homicídio e violência na experiência Trans. **Revista do Curso de Direito | Ufma**, São Luís, v. 8, n. 4, p.207-235, jul. 2014.

DUARTE, M. J. O. Diversidade Sexual, políticas públicas e Direitos Humanos: Saúde e Cidadania LGBT em cena. **Temporalis**, Brasília, v. 27, n. 0, p.77-98, 2014.

FERRAZ, D.; KRAICZYK, J. Gênero e Políticas Públicas de Saúde: construindo respostas para o enfrentamento das desigualdades no âmbito do SUS. **Revista de Psicologia da Unesp**, São Paulo, v. 9, n. 1, p.70-82, 2010.

FRASER, N. Reconhecimento sem ética? **Lua Nova**, São Paulo, p.213222, 2007.

FREDERICO, C. Cotidiano e arte em Lukács. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 40, n. 14, p.299-308, 2000.

GALHEIGO, S. M. O cotidiano na terapia ocupacional: cultura, subjetividade e contexto históricosocial. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 14, n. 3, p. 104-9, set./dez. 2003.

GOMES, S. M. et al. O SUS fora do armário: concepções de gestores municipais de saúde sobre a população LGBT. **Saúde e Sociedade**, [s.l.], v. 27, n. 4, p.1120-1133, out. 2018. FapUNIFESP (SciELO).

GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório 2018**: Assassinatos de LGBT no Brasil. Disponível em: <<https://homofobiamata.wordpress.com/estatisticas/relatorios/2015-2/>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

KRASOTA, A. G. Uma noção de pessoa Trans Não- Binária. 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

LEITE JUNIOR, J. D.; LOPES, R. E. Travestiidade, Transexualidade e demandas para a formação de Terapeutas Ocupacionais.. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 25, n. 3, p.481-496, 2017. Editora Cubo Multimidia.

LEWIS, E. S. O ciclo paradoxal de apagamento e super-sexualização da bissexualidade nos movimentos LGBT: Resistências em narrativas de ativistas bissexuais. In: V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, 2017, Salvador. **Anais**. Salvador: Uneb, 2017. p. 1 - 12.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARTINS, J **Didática Geral**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MAXWELL, J. A. (1996). **Qualitative researez desigll**: An interactive approac/z. Thousand Oaks, CA: Sage

MELLO, L. et al. Para além de um kit anti-homofobia: : políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil. **Bagoas**: Estudos gays: gêneros e sexualidades, Natal, Rn, v. 6, n. 7, p.99-122, 2012.

MELO, K. M. M. Terapia Ocupacional Social, pessoas trans e Teoria Queer: (re)pensando concepções normativas baseadas no gênero e na sexualidade. **Cadernos de Terapia Ocupacional da Ufscar**, São Carlos, v. 24, n. 1, p.215-223, 2016. Editora Cubo Multimidia

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed. - São Paulo: Hucitec, 2013.

MONZELI, G. A.; LOPES, R. E. Terapia ocupacional e sexualidade: uma revisão nos periódicos nacionais e internacionais da área. **Rev. Ter. Ocup. Univ.** São Paulo, v. 23, n. 3, p. 237-44, set./ dez. 2012.

MONZELI, G. A.; FERREIRA, V. S.; LOPES, R. E. Entre proteção, exposição e admissões condicionadas: travestilidades e espaços de sociabilidade. **Cadernos de Terapia Ocupacional da Ufscar**, São Carlos, v. 23, n. 3, p.451-462, 2015. Editora Cubo Multimidia.

MURASAKI, A. K.; GALHEIGO, S. M. Juventude, homossexualidade e diversidade: um estudo sobre o processo de sair do armário usando mapas corporais. **Cadernos de Terapia Ocupacional da Ufscar**, São Carlos, v. 24, n. 1, p.53-68, 2016. Editora Cubo Multimídia.

NATIVIDADE, M. T. Homofobia religiosa e direitos LGBT: Notas de pesquisa. **Latitude**, Ceará, v. 7, n. 1, p.33-51, 2013.

Organização Mundial da Saúde. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. 10a rev. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1993. vol.1.

PETRY, A. R. MEYER, D. E. E. **Transexualidade e Heteronormatividade**: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 10, n. 1, p. 193 - 198, jan./jul. 2011

ROCON, P. C. et al. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 21, n. 8, p.2517-2526, ago. 2016. FapUNIFESP (SciELO).

RONDINI, C. A.; TEIXEIRA FILHO, F. S.; TOLEDO, Lívia Gonsalves. Concepções homofóbicas de estudantes do ensino médio. **Psicologia Usp**, [s.l.], v. 28, n. 1, p.57-71, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO)

SANTIAGO, A. C.; CASTELLO, N. F. Vi.; RODRIGUES, A. Bichas destruidoras mesmo: Construindo uma viada bem afeminada. **Periferia**, [s.l.], v. 9, n. 2, p.156-180, 14 nov. 2017. Universidade de Estado do Rio de Janeiro.

SILVA, A. G. A naturalização do bullying LGBTfóbico em escolas públicas do ensino médio. In: VII Seminário corpo, gênero, e sexualidade, III Seminário Internacional corpo, gênero e sexualidade, III Luso-Brasileiro Educação em sexualidade, gênero, saúde e sustentabilidade. Resistências e Ocupa(ações) nos espaços de educação. 2018, Rio Grande. **Anais Universidade Federal do Rio Grande: Furg**, 2018. p. 1 - 8.

SILVA, B. B.; CERQUEIRA-SANTOS, E. Apoio e Suporte social na identidade na identidade social de Travestis, Transexuais e Transgêneros. **Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo**: SPAGESP, São Paulo, v. 15, n. 2, p.27-44, 2014.

SILVA, G. S. P. **A (in)constitucionalidade na vedação de doação de sangue por Homossexuais no Brasil**. 2017. 55 f. TCC (Graduação) - Curso de Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

SOUZA, E. M.; CARRIERI, A. P. A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. **Ram, Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 11, n. 3, p.46-70, maio 2010.

SOUZA, M. H. T. et al. Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, [s.l.], v. 31, n. 4, p.767-776, abr. 2015. FapUNIFESP (SciELO).